

CEM DIAS DE SOLIDÃO

*Enéas Costa de Souza**

Chamamos de agonia do "Estado desenvolvimentista" o lento e longo dismantelamento das estruturas materiais do executivo nacional, sem que se vislumbre uma nova concepção para o seu dinamismo. Pois o que existe como moldura determinante do cenário é a nova trajetória da economia mundial. Estamos em transição para uma outra fase do desenvolvimento capitalista, voluptuosa e preponderantemente veloz. Florestan Fernandes a chamava de imperialismo total. Seja esse ou outro nome que se dê, o que significa essa realidade? Antes de mais nada, a continuação da montagem de uma economia integrada a nível planetário, o que equivale a dizer produção e comércio mundiais e não somente comércio no Mundo.

Existe nessa montagem, ainda que desordenada, um movimento de superação do Estado e da economia nacional, que ainda não foi ultrapassado. Caracteriza-se esse período por um conjunto de fenômenos, muito claros, a nível de política econômica. Nos países avançados, há uma desarticulação entre elas, as políticas econômicas, que são contraditórias e embaraçantes, embora dominadas pela exigência da necessidade harmônica global. Com que objetivo? Uma regulação mínima da economia. Ou seja, os Estados nacionais do Primeiro Mundo tentam se combinar para o surgimento dessa estrutura mundializada. Já nos países periféricos, por efeito dessas decisões, geralmente a política econômica se torna restritiva. Com o abandono do longo prazo, ela fica toda mergulhada nos meandros e labirintos do período imediato, culminando com a suspensão do futuro como aventura social desses países. Torna-se nítido esse trajeto, no caso brasileiro, por exemplo, na liquidação do planejamento, na destruição irracional do Estado, no esquecimento da Ciência e Tecnologia (C&T) e na assunção de um liberalismo que se disfarça em intervencionismo para suprimir o apoio estatal na construção do porvir. O Estado é a lepra; o Planejamento, o órgão a ser jogado fora: a casa preocupa-se apenas com o dia-a-dia, enquanto o Mundo floresce, entre produtos e processos, na microeletrônica, na biotecnologia, em novos materiais e na mecânica de precisão.

* Economista da FEE e Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Ciência e Tecnologia.

Estamos em novos tempos, mas não à altura deles. Continuamos pensando nos velhos moldes, mas sem o projeto, porque não há mais possibilidade de projetos nacionais autônomos. Quando estamos falando de projeto e projeto nacional, a linguagem capta uma oscilação, que, na verdade, é também do real. O que está se passando com a economia mundial é uma etapa de transição, onde os capitalismo nacionais estão sendo superados pelo capitalismo mundial, como unidade produtiva global, em formação e, obviamente, ainda não realizada. Para os atores, a visão de que essa passagem está em passagem se torna difícil e, às vezes, até mesmo renegada por muitos ou por alguns. O filme de Visconti *O Leopardo* mostra numa forma intensamente bela como uma metamorfose é dura de ser entendida e mais dura ainda de ser acompanhada por personagens do estilo de Burt Lancaster. Hoje estamos num período semelhante, de transformação profunda, onde a clareza é sempre árdua de ser notada. Dessa forma, já não é mais possível fazer projetos nacionais autônomos, mas ainda é possível efetuar projetos nacionais de inserção na economia mundial unificada. É preciso ter lucidez e imaginação para achar a inteligibilidade do processo e, mais ainda, para descobrir as rotas possíveis de articulação das forças sociais internas e externas para tal trajetória. Estaríamos, assim, superando o Estado desenvolvimentista para um "Estado de transição de inserção na economia mundial". Os tempos são outros e exigem audácia, renovação e cabeça aberta para o novo espírito do tempo. Mas, por onde anda esse novo espírito no Brasil?

O nosso País não tem nenhum projeto nacional. E um projeto nacional articula no seu bojo uma política econômica e social, que se tece do entrelaçamento de uma política industrial e agrícola, de uma política tributária, de uma política financeira e monetária, de uma política de rendas, de uma política educacional, de uma política científica e tecnológica, de uma política cultural, etc. Agora é a hora de dizer da importância da Ciência e Tecnologia num esquema de desenvolvimento social e econômico. Ela é decisiva, porque Ciência e Tecnologia está no núcleo dinâmico desse desenvolvimento, fazendo avançar o conhecimento científico do País, aprimorando o desenvolvimento tecnológico e os aplicando, em maior número possível, na estrutura industrial e agrícola, sob a forma de tecnologia embutida nos equipamentos, no aperfeiçoamento técnico e na inovação de processos e produtos, na capacitação tecnológica, etc. O que fazemos nesse sentido é reestruturar a competitividade do capital, aumentando a sua possibilidade de ganhar mercados e de fazer crescer os seus lucros, oferecendo como efeito também mercadorias melhores, seja na exportação, seja no mercado interno. Dessa forma, um projeto nacional elabora uma política econômica e social, cujo núcleo explosivo e solar se dá na ênfase ao

desenvolvimento científico e tecnológico. E o que é imprescindível: mesmo para se integrar numa economia mundial, o Estado nacional em deterioração precisa compor um projeto que o articule com essa nova realidade, proporcionando, assim, um caminho, uma trajetória, para as suas empresas e a sua população.

O resultado figura, no Brasil, como já dissemos, nessa permanente e dolorosa insistência: a falta de um projeto nacional. Collor magnifica e monumentaliza essa verdade, principalmente através de sua palavra de ordem: "Caça ao marajá". Comparemos esse objetivo nacional máximo com o "slogan" de Juscelino: "50 anos em 5". Isso significa que o País está sem rumo e perplexo, pois, se Geisel ainda pensava no "Brasil Grande", o último suspiro do nacionalismo foram sem dúvida Fumero e sua trágica esperança do "Plano Cruzado". Neste instante, o nacionalismo está se encaminhando para a noite (às vezes, gloriosa) do passado.

Os 100 primeiros dias do Governo Collor mostraram um destino caótico, onde a busca de estabilidade foi surpreendida pela total desconfiança do público nos ativos monetários e financeiros e pelo desarvoramento da unidade da moeda, já que a função de reserva de valor continua sendo cumprida pelo dólar. E, de outro lado, o tratamento do "deficit" público perdeu-se, principalmente, na luta sem visão contra o funcionalismo federal. Enfim, o Governo Collor prosseguiu e prossegue como o Governo Sarney: só enxergando o logo ali, o lugar próximo, o curto prazo. Por isso, sem projeto nacional, sem articulação do curto com o longo prazo, a Ciência e Tecnologia não foi contemplada na sua atuação imediata, nem propondo o Governo, ao menos, uma disposição de apoio indiscutível e indisfarçável ao setor.

Assim, não houve nestes 100 dias a declaração de um projeto nacional que contemplasse ordenadamente uma trajetória a ser seguida. O que houve foi concentração da decisão no Ministério da Economia, tratamento das coisas do curto prazo, deixando para depois uma proposta de política para a indústria, que é a chave do desenvolvimento econômico. Ou seja, se estamos certos, o que parece fazer sentido é o seguinte: o Governo foi fazendo o que deu, enquanto pensava o que faria depois. Nenhum alvo mais nacional, só planos para o momento. Agora, a sua esperança está em ir construindo o dito projeto nacional como der e com o tempo. Hoje, o curto prazo e uma política de salários; amanhã, o lançamento de uma política industrial; depois, uma política científica e tecnológica; mais tarde, quem sabe, uma política energética, etc. E, com isso, vai compondo, aos pedaços, todo um conjunto de políticas públicas. E, se Deus ajudar e os países avançados permitirem,

poderá dizer que esse bloco descontínuo de atos constitui um projeto de país e uma política econômica. Na verdade, o que o Governo Collor tem são idéias dispersas que vão sendo trabalhadas de acordo com o sentimento de oportunidade de quem dirige o Executivo. E concluindo: no primeiro instante, sem ter uma visão adequada do papel da C&T no desenvolvimento econômico e social, este Governo relegou o setor a uma solidão pecuniária, já que, além de rebaixar o Ministério à Secretaria, reteve verbas do CNPq e da FINEP, paralisando nestas instituições qualquer tentativa de formulação, ampliação ou reformulação do sistema de C&T. E não houve sequer a proposta de uma política científica e tecnológica, dando ânimo e perspectiva aos pesquisadores e às empresas. Foram, sem dúvida, 100 dias de solidão.